

Perigos e promessas do encontro entre grupalismo e historiografia na formação de psicólogos¹

Heliana de Barros Conde Rodrigues²
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Resumo

Tomando como ponto de partida as justificáveis objeções à formação hegemonicamente tecnicista oferecida aos psicólogos brasileiros, oriundas de diversos campos de saber, o trabalho examina o apelo à historiografia do grupalismo como recurso virtualmente apto a instaurar caminhos alternativos. Dentre os *perigos* do encontro entre grupalismo e historiografia, destaca as presenças freqüentes do *especialismo acritico* e do *teoricismo hipertrofiado* nas reconstituições historiográficas elaboradas por diversos autores, características que, combinadas, reintroduziriam exatamente aquele tecnicismo que, em princípio, se aspiraria a combater. Paralelamente, vislumbra *promessas* de vias formativas originais, singulares e críticas, em alguns outros trabalhos historiográficos marcados pela perspectiva externalista, pela transdisciplinariedade e pela análise institucional das práticas grupais.

Palavras-chave: grupos, historiografia, formação de psicólogos, análise institucional.

Dangers and promises of the encounter between group approach and historiography in the psychologists' graduation

Summary

Taking as starting point the objections to the technical character of the Brazilian psychologists' graduation, coming from several fields of knowledge, this paper examines the use of the group approach historiography as resource for alternative possibilities. Among the *dangers* of the encounter between group approach and historiography, it highlights the constant presence of the *uncritical expertise* and of the *overstated emphasis on theory* in the historiographical rebuildings elaborated by several authors, associated characteristics that would introduce again the criticized technical character in psychologists' graduation. Parallely, this paper finds *promises* of original, critic and singular formative ways in some other historiographical works marked by the historical externalism, the transversal approach of the disciplines and the institutional analysis of group work and group therapy.

Key-words: groups, historiography, psychologists' graduation, institutional analysis.

Hegemonicamente presente na formação dos psicólogos brasileiros, a perspectiva tecnicista vem sendo alvo, pelo menos nas últimas duas décadas, de contundentes críticas. Sendo estas oriundas das mais diversas fontes – políticas, filosóficas, históricas, sociológicas e antropológicas – e caracterizadas por grande riqueza e multiplicidade de parâmetros analíticos, chega a causar surpresa que o panorama formativo – executando-se algumas experiências notáveis,

mas esparsas – não se tenha alterado de forma marcante. Dentro de tal quadro, as práticas grupais ocupam lugar singular: conquanto sejam foco de objeções das mais severas por parte das abordagens antes citadas, são, simultaneamente, enfaticamente demandadas, na qualidade de recurso indispensável, pelas intervenções renovadoras ou crítico-progressistas nos campos da educação, do trabalho, dos direitos humanos, dos movimentos sociais e da saúde

1. Trabalho apresentado no Simpósio "O Cotidiano na Formação de Psicólogos: Currículo, Historiografia e Docência". XXVIII Reunião Anual de Psicologia - SBP, Ribeirão Preto -SP, 1998.

2. E-mail: heliana@uerj.br

mental. Neste sentido, seu ensino em âmbito universitário constitui-se em provocante desafio cotidiano para os *agentes formativos*. O presente trabalho destina-se a investigar os efeitos do recurso adotado por muitos destes agentes – a abordagem historicizadora –, como possível ferramenta de combate ao tecnicismo instituído.

Uma denominação, seus problemas e pressupostos

O título oficial da disciplina voltada ao problema dos grupos na maioria dos cursos de Psicologia – *Dinâmica de Grupo e Relações Humanas* (ou, simplesmente, *DGRH*, conforme a alcunha corrente) – delinea o problema com que nos defrontamos. Sugere a existência de um objeto dado – “o” grupo –, o qual se caracterizaria por movimentos especificáveis por parte de um saber, presumidamente científico – uma “dinâmica” –, aos quais se acrescentariam, sob a forma de uma enigmática conjunção “e”, aparentemente óbvias “relações”, ditas “humanas” – levando a pensar que o até então abstrato “grupo” e sua nobre “dinâmica” nada mais seriam do que nossas supostamente tão conhecidas, embora com frequência julgadas assustadoras, “relações entre homens” (e mulheres, para ser politicamente correta).

Contestadores apressados resolveriam esta questão mediante argumentos simples e definitivos, recomendando rápidos esclarecimentos teóricos, epistemológicos e vagamente contextualizadores. Diriam eles talvez: “o título oficial identifica as práticas grupais a um modelo teórico específico – as formulações de Kurt Lewin, na década de 1940, no contexto americano –, acoplado à valorização emprestada aos grupos por formas de gestão empresarial críticas do ‘esquecimento’ taylorista do ‘fator humano’ – a ‘teoria das relações humanas’ surgida, igualmente no contexto americano, nos anos 20”. Caso, ainda preocupada, problematizasse eu a presença, entre os alunos, nos primeiros encontros de qualquer curso de DGRH, de uma inevitável polêmica relativa à necessidade (ou não) de “vivências” para “aprender a trabalhar com grupos” – sempre

acompanhada, mesmo entre os defensores, de vagos temores quanto a “exposições pessoais”, “revelações de intimidades” ou “transformações em terapêutica” –, nossos apressados contestadores tampouco identificariam conflitiva digna de maiores reflexões. Ora, acrescentariam eles, “segundo a melhor tradição lewiniana, aprende-se *sobre* os grupos...trabalhando *com e em* grupos! E, caso não se seja um lewiniano estrito, basta desviar o curso das aulas para a teoria (e as técnicas) de nosso agrado – as ementas das disciplinas são bastante flexíveis e, afinal, a conhecida DGRH costuma ser ministrada ao final do curso de Psicologia, quando os alunos, já fazendo estágio, compreendem bem nossas opções profissionais...”.

Jamais me contentei com essas respostas, embora prescindisse de interlocutores concretos para sugerir-las; sempre as pude pinçar daqui e dali, entre os enunciados que povoam nosso campo profissional, docente e teórico. No entanto, aí está efetivamente o problema do professor de DGRH: nos enunciados – esquemas discursivos – e diagramas – esquemas práticos ou não-discursivos – paradigmáticos em nosso campo.

Tentarei explicitá-los, em poucas palavras. Os modelos instituídos de formação de psicólogos têm feito do grupalismo uma “especialidade”. Encontra-se aí, talvez, um esboço de explicação para o fato de que as “vivências” grupais sejam tão mitificadas. Nas aulas iniciais de DGRH, os alunos eventualmente falam como se desconhecessem qualquer *experiência grupal*, identificando-as totalmente à ação especializada – terapêutica, de sensibilização etc. – e relegando a um estranho *limbo experiencial* os demais espaços sociovitais. Grupos de amigos, políticos, familiares, profissionais, espaços de sala de aula, passeatas etc... são, assim, remetidos a um suposto “não-vivencial” – e mesmo “não-grupal”. Sendo assim, o binômio *domínio teórico-domínio técnico* passa a caracterizar tanto o campo a investigar como aquilo que, um tanto ironicamente, poderíamos chamar “boa prática dos iniciados”. O termo *domínio* age, aqui, em seu duplo sentido: *território demarcado de saber e monopólio de exercício de uma dominação*.

De acordo com os avatares teórico-políticos do momento, multiplicam-se enormemente ou se reduzem drasticamente os espaços sociais e acadêmicos em que o grupalismo, geralmente sob a embalagem “técnicas grupais”, é ofertado pelo sempre limitado número de “profissionais do grupo”. Simultaneamente, desenrolam-se batalhas por hegemonia, tanto no interior do grupalismo – em torno da “boa teoria” ou da “boa técnica” – como, em especial, na fronteira entre este e as práticas ditas “individuais”. Nestas últimas contendas, as armas são argumentos que cobrem enormes territórios: estendem-se das vulgares alegações sobre “profundidade de efeitos” (em pensamentos “geológicos” acerca de subjetividades reificadas, que atribuem aos grupos um mero “rés-do-chão” quanto às transformações possibilitadas ou à minúcia das análises empreendidas) ao contudente debate político (que enxerga nos grupos, abstratamente focalizados, da manipulação fascista à autogestão anarquista!); percorrem desde o objetivismo assistencialista relativo à “quantidade de pessoas atendidas” até o debate epistemológico relativo à definição do “verdadeiro” *ato analítico*. Dentro de tal quadro, os saberes e práticas grupalistas acabam por ser apreendidos em duas direções principais: seja como domínio desejado, a que se teria acesso via compartimentos teórico-técnicos de formação (a disciplina DGRH, os cursos de extensão sobre grupos de tal ou qual tipo, as formações especializadas neste ou naquele modelo etc.), seja como menoridade teórico-técnico-profissional que (ativamente) se desconhece e se deve continuar a desconhecer, pois se destinaria aos epistemologicamente menos aquinhoados, aos politicamente menos conscientes, ou, quem sabe, aos mais ativistas e militantes...

As considerações até agora apresentadas, de cunho *crítico* – tendentes a compor uma reflexão *sobre limites* –, construídas ao longo de um percurso profissional e docente, passaram a orientar certos modos de ver, fazer e dizer como professora de DGRH. Especificar limites, todavia, jamais independe das práticas de conservação ou ruptura. A este respeito, Foucault (1984 e 1984a) contrapõe duas tradições na filosofia moderna e contempo-

rânea. A primeira identifica os limites ou condições de possibilidade de nosso saber e se apresenta, em decorrência do *respeito* aos mesmos, como *filosofia analítica da verdade em geral*, tornando-nos *autores* de uma segura caminhada racional. A segunda, na qual Foucault se inclui (e em que nos incluímos), radicaliza a dimensão crítica: indaga acerca do lugar ocupado, naquilo que nos é dado como obrigatório, necessário e universal, pelo arbitrário, contingente e singular (portanto, historicamente construído). Faznos, deste modo, *elementos* de um presente – historicamente instituído – e *atores* do mesmo – virtualmente instituintes da transgressão de tais constrangimentos, embora sem garantias transcendentais quanto à apreensão da verdade. Arrastada por esta segunda via, tenho apostado na historicização, recurso, em princípio, de pouca originalidade: quase todos(as) os(as) programas, ementas, manuais e coletâneas sobre o grupalismo incorporam itens, artigos ou capítulos que se dizem *históricos*. Não obstante, se alguma singularidade marca minha tentativa, é a de *complexificar* esta abordagem, analisando criticamente algumas histórias das práticas grupais disponíveis, a fim de aprender, inclusive nelas, os limites – teoricistas, tecnicistas-tecnocráticos, profissionalistas, reificadores, idealistas, legitimadores de dominações instituídas – apontados anteriormente como típicos da situação do grupalismo na formação de psicólogos.

Se, novamente acompanhando Foucault (1980, p.75), “ficciona-se uma história partindo de uma realidade política que a torna verdadeira”, é a experiência de determinada trajetória como grupalista e docente – aquela voltada à ruptura de limites quanto a nosso duradouro encargo social de “empresários morais” (Becker, 1966), “guardiães da ordem” (Coimbra, 1995) ou “fabricantes de interiores” (Baptista, 1987) – o que nos permite a análise crítica das histórias das práticas grupais geralmente apresentadas. Mas o texto de Foucault acrescenta: “ficciona-se uma política que ainda não existe partindo de uma verdade histórica”. (p.75) Nossa análise, por conseguinte, pretende contribuir para a atualização de uma política ainda inexistente: uma

formação de psicólogos, no que se refere às práticas grupais, apta a instaurar uma *suspeita refletida* quanto à aparente simplicidade das histórias que nos contam. Pode parecer pouca coisa, em princípio. Mas talvez seja decisivo se pretendemos abandonar nossos *mortíferos especialismos* e começar a construir saberes e práticas muito *especiais*: aqueles que possam instaurar modos de saber, fazer e ser...em favor da *diferença* e da *vida*.

Paisagens dominantes: perigos

Caso nos aproximemos distraidamente das histórias das práticas grupais oferecidas pela bibliografia básica dedicada ao tema, defrontar-nos-emos com intrincados panoramas: imensas listagens de contribuições, com diferentes seleções de integrantes a cada compilação; variados âmbitos de intervenção considerados relevantes; inumeráveis teorias apontadas como importantes; seqüências híbridas e indistintas de criadores e reprodutores; geografias e geopolíticas descuidadamente mescladas etc. No entanto, caso nos dediquemos a deslindar esta confusão aparentemente inevitável, saltam aos olhos, na maior parte dos trabalhos, dois aspectos. Chamá-los-emos, respectivamente, *especialismo acritico* e *teoricismo hipertrofiado*.

Mediante a primeira expressão caracterizamos a circunstância de que quase todos os históricos sejam construções marcadas por certo tipo de *recorência temporal*. Ou seja: parte-se da prática dominante *atual* do "grupalista", "coordenador de grupo" ou "psicossociólogo" – naturalizado como se fora alguma espécie de "destino natural" – e retorna-se no tempo em busca de suas origens (e descendências seqüenciais), visando, mediante tal procedimento, a preencher todas as lacunas, a completar todos os elos de ligação, em suma, a totalizar um caminho histórico que se veria, deste modo, *compreendido* (no duplo sentido de "entendido" e "delimitado").

Os trabalhos que dizemos caracterizados por este especialismo *acritico* – porque não explicitado nem analisado como pressuposto – são espécies de *hagiografias*: ali, as práticas grupais possuem

origens assépticas (porque profissionais e científicas) e evoluem (noção biológica!) ou progredem (noção moral!), "naturalmente", em direção a nosso radioso presente. Através de tal procedimento excluem-se, também "naturalmente", todos os saberes e práticas grupais não-especificistas, ou seja, tanto aqueles produzidos no seio de movimentos sociais contestatários como os formulados em campos de ação não facilmente incorporáveis às práticas psicossociológicas instituídas – certas filosofias, pensamentos políticos, formulações literárias, reflexões artísticas etc.

Seria simples extrair da bibliografia disponível algumas formulações constituintes do aspecto até aqui destacado. No entanto, não faremos reproduções literais, evitando, deste modo, sugerir a presença exagerada da idiosincrasia autoral. Optamos por exemplificá-las à maneira de esquemas gerais ou *enunciados*, cujas variações posicionais não são difíceis de encontrar. Por exemplo: "As práticas psicossociológicas têm origem nos trabalhos de J.H. Pratt em uma enfermaria de pacientes tuberculosos em Boston..."; "prosseguem com os pioneiros até que J.Moreno, nos anos 30, cria a expressão psicoterapia de grupo..."; "um pouco mais tarde, Kurt Lewin, gestaltista alemão emigrado para os Estados Unidos, começa a interessar-se pelo comportamento dos grupos humanos..."; "aproximadamente na mesma época, psicanalistas ingleses e americanos estendem as concepções freudianas ao atendimento grupal de pacientes..."; "na França, por sua vez, o interesse pelas práticas grupais data do pós-guerra..."; "no Brasil, foi grande a influência dos argentinos na configuração de uma psicoterapia psicanalítica de grupo..." etc. etc....

A todas essas afirmações, dirigiríamos a advertência de Canguilhem (conforme citado por Eribon, 1996, p. 25), voltada à crítica epistemológico-política da noção de *precursor*: alguém que se sabe, *depois*, que veio *antes*. Poderíamos encaminhar-lhes, igualmente, algumas perguntas provocativas: que condições institucionais determinaram que um obscuro fisiologista como Pratt fosse guindado à categoria de *precursor*

absoluto da psicossociologia?; o que levou Moreno aos Estados Unidos e quais foram suas atividades anteriores, na terra natal?; teria sua formação médica europeia algo a acrescentar a seu teatro, em princípio drama “espontâneo” para todos os interessados, depois drama “terapêutico” para poucos e sob o domínio de muito poucos?; por que Lewin, antes um experimentalista tradicional, depois de emigrado para os Estados Unidos passa a dedicar-se a temas como “hábitos alimentares das donas de casa”, “liderança”, “convivência inter-racial” e “resistência à mudança”, saindo do espaço clássico do laboratório universitário?; por que motivo as concepções psicanalíticas demoraram tanto a ser aplicadas a grupos e em que contextos político-institucionais isso ocorreu?; o que sucede no pós-guerra francês a ponto de despertar o interesse pelas práticas grupais?; terá sido a proximidade geográfica o único ou principal determinante da influência dos argentinos sobre o panorama psicanalítico brasileiro?

A maior parte da bibliografia não parece ter sequer a menor preocupação em formulá-las, que dirá em respondê-las! Isso nos conduz ao segundo aspecto a analisar, ou melhor, à circunstância de que embora as práticas grupais emergjam no seio de movimentos sociais os mais diversificados, compoem o quadro de forças de cada época; apesar de estarem sempre minimamente associadas a instâncias institucionais como a medicina, a medicina mental, a pedagogia, a gestão da produção material etc... históricos dos mais difundidos costumam omitir tais questões (ou reduzi-las a um mínimo), o que os conduz a um *teoricismo hipertrofiado*, isto é, a perspectivas de análise quase que exclusivamente epistemológicas. Se preferíssemos adotar a terminologia de Canguilhem (1972) e Foucault (1996), diríamos, com maior precisão, que a perspectiva destes trabalhos, quanto à história dos saberes, é quase que exclusivamente *internalista*, desconsiderando as relações entre produção de

conhecimentos e práticas sociais. Paralelamente, usando uma expressão cara à Análise Institucional Socioanalítica francesa (Lourau, 1977), afirmaríamos que costumam efetivar um corte ou separação entre a *gênese teórica* dos conceitos do grupalismo e sua *gênese social*, desconsiderando as condições histórico-institucionais de existência de cada tipo de prática grupal (e, obviamente, de seus “especialistas reconhecidos”).

Explorem algumas nuances dessa segunda característica. Sabe-se, por exemplo, da importância dos trabalhos de W. Bion, psicanalista inglês, para o desenvolvimento de uma das teorizações mais afamadas acerca dos grupos. No entanto, por mais que praticamente toda a bibliografia disponível exponha com certo detalhe a *Teoria dos Supostos Básicos* – estados afetivos inconscientes e arcaicos que emergem, por combinação instantânea e involuntária, quando pessoas são reunidas em grupo –, raríssimos são os textos preocupados em focalizar o contexto institucional de sua elaboração: recuperação de soldados durante a Segunda Guerra Mundial e de ex-combatentes no imediato pós-guerra.

Recordemos os argumentos (inconscientes) subjacentes à ação dos supostos básicos. *Dependência*: o grupo está reunido para que alguém, de quem se depende de forma absoluta, forneça a satisfação de necessidades e desejos. *Ataque e fuga*: há um inimigo contra o qual as únicas defesas possíveis são a destruição (ataque) ou a evitação (fuga). *Acasalamento* ou *messianismo*: um fato futuro, ou um ser ainda não nascido, resolverá os problemas grupais, insolúveis no presente. Quanto a esta teorização, decerto seria o caso de observar, como faz Fernández (1992, p. 109), em uma valiosa exceção ao instituído, que

“dependência, ataque-fuga, messianismo são sem dúvida componentes habituais, tanto na prática subjetiva militar como em suas categorias emblemáticas e, portanto, (...) muito disponíveis para organizar as figuras próprias dos grupos coordenados por Bion”.

Pondo em análise as condições sócio-históricas de existência dos grupos bionianos, a autora abre caminho ao virtual:

“...o pouco tempo que Bion trabalhou com grupos civis provavelmente o privou da possibilidade de ratificar ou retificar a presença de figurações deste tipo nas significações imaginárias de coletivos menos particularizados do que os que desdobrou no âmbito militar” (Fernández, 1992, p. 109).

Caso acrescentemos a censura de que Bion foi alvo, por parte da Associação Psicanalítica Britânica, em função de seus trabalhos com grupos, o que o fez abandonar em poucos meses este tipo de prática, começaremos, talvez, a entender os efeitos *performativos* das abordagens que desconsideram (ativamente) o vínculo entre gênese teórica e gênese social dos conceitos. Trata-se, aqui, da problematização do estatuto de verdade de qualquer proposição assertiva, mesmo que tão simples quanto “o céu é azul”. Se A dirige a B tal afirmação, não se trata simplesmente de perguntar se a proposição é verdadeira ou falsa. O que A faz não consiste meramente em comunicar a B informações sobre o estado do céu; ele faz algo mais do que simplesmente informar ou constatar. Acompanhando a leitura que Foucault faz de Austin (1990), Larrauri (1994) salienta que toda proposição, inclusive as aparentemente mais *constatativas*, possui efeitos *performativos*, ou melhor, faz ver, fazer, dizer e ser de certo modo, pondo em cena um *jogo de verdade*.

Exemplos de tais efeitos performativos povoam corações e mentes de estudantes e profissionais *psi*: com Pontalis (1973) aprendemos, mediante uma crítica epistemológica rigorosa, que os recursos teóricos acerca dos grupos são rudimentares, em que pese a multiplicação dos trabalhos com coletivos de diversos tipos a partir do imediato pós-guerra francês; com lacanianos de variadas estirpes, que o mestre teria sempre desprezado os grupos; com Costa (1985) que, ao contrário do indivíduo, “o grupo” não existe, apesar de praticamente todas as formulações disponíveis – destacando-se, como objeto de reprovação, a teoria dos grupos operativos

(Pichon Rivière) e a do aparelho psíquico grupal (D. Anzieu e R. Kaës) – o produzirem, equivocadamente, qual espécie de identidade substancializada subjacente; com o ensino em *migalhas* acerca das práticas grupais, que existem variadas técnicas – grupos de sensibilização, grupos operativos, psicodrama grupal, psicodrama psicanalítico grupal, sociodrama, psicoterapia de grupo de base psicanalítica³, análise institucional etc... – e que, conquanto as teorias destinadas a fundamentá-las não sejam lá essas coisas, mantêm-se úteis para “atender muita gente”, “baratear o custo”, “reunir pessoas de baixa renda a seus pares” etc.

Na enumeração acima, misturamos intencionalmente rigorosos trabalhos de análise a *considerações-clichê* do universo *psi*. Com tal procedimento não aspiramos a apagar diferenças, mas a tornar mais visível um traço específico: aquilo que a hipertrofia do teórico-epistemológico tem por efeito *lançar na sombra*. No caso de Pontalis, por exemplo, obscurece-se o fato de que o grupalismo francês no pós-guerra não se deveu a questões simbólico-conceituais dos praticantes, mas a dois movimentos que, apesar de politicamente bem diferenciados em princípio, mesclaram-se de modo singular: por um lado, como parte do Plano Marshall (cooperação americana para a reorganização econômica da Europa), o envio de missões de intelectuais aos EUA a fim de que se familiarizassem com os movimentos da moderna gestão empresarial e da formação permanente; por outro, as ações renovadoras introduzidas, ainda durante o segundo conflito mundial, por F. Tosquelles e seu grupo de psiquiatras-resistentes no hospital de Saint-Alban – experiência que virá a ser conhecida como Psicoterapia Institucional –, seguidas, nos anos 60, de renovações análogas no plano pedagógico, mediante a ação conjunta de educadores progressistas e psicossociólogos críticos (Rodrigues, 1997 e 1998).

3. “Base psicanalítica” é o eufemismo destinado a separar uma presumida “verdadeira psicanálise” (individual) de suas “contrafações” (grupais). A este respeito, consultar as análises críticas empreendidas por Coimbra (1995) e Rangel (1996).

No que se refere às objeções lacanianas às formas grupais de intervenção, supostamente tão bem apoiadas no “discurso do mestre”, relegam-se ao desconhecimento os elogios dirigidos por Lacan (1947), no imediato pós-guerra, às práticas desenvolvidas pelos psiquiatras ingleses durante a vigência do conflito. Por mais que se venha a tornar o crítico mais radical das idéias adaptativas da psicanálise à moda anglo-saxã, Lacan não pode ignorar, naquele momento, as diferenças entre as psiquiatrias francesa e britânica. Enquanto em seu próprio país, excetuando-se as ações em Saint-Alban, os pacientes, em sua maioria abandonados à própria sorte, morriam aos milhares nos hospitais, na Inglaterra, considerados úteis e organizados em subgrupos autônomos coordenados por terapeutas, não só sobreviviam como se integravam ao cotidiano do país. Neste sentido, por mais que Lacan acentue a necessidade de pôr em evidência as demandas sociais a que o campo psicanalítico é então instado a responder – recuperação de combatentes e ex-combatentes –, não esconde sua admiração pelos psicanalistas (de grupo) ingleses.

Já o livro de Costa (1985), em parte inspirado em Pontalis, esquece de dirigir às suas próprias naturalizações as armas desnaturalizadoras apontadas na direção de diversas teorizações grupais. Concordamos, em princípio, com seu argumento: não há *grupo em si*, antecedente à prática que o institui; só existem *grupos*, e estes não são entidades, mas modos sócio-históricos de funcionamento. Contudo, se para recusar o *grupo* operativo ou o aparelho psíquico *grupal* for necessário, em troca, reificar o *indivíduo* – cada um dos integrantes do grupo considerados, sem crítica, como previamente existentes –, parece-nos que o a-historicismo expulso pela porta da frente... reingressa no texto pelos fundos! Costa desqualifica, por exemplo, as interpretações que se dirigem ao grupo (“o grupo isto”, “o grupo aquilo...”) porque, a seu ver, consistem em afirmações irrefutáveis, às quais ninguém pode opor objeções (já que seu desti-

natário – o grupo – não existe!). Aqui, o teoricismo levado às últimas conseqüências parece comprometer, inclusive, qualquer bom-senso. Acreditará o autor que os grupos concretos obedeçam a tal ponto às teorizações, certamente essencialistas, dos grupalistas? Acreditará ele, paralelamente, que quando um terapeuta se dirige a seu paciente “individual” não esteja operando qualquer essencialização? Ou que este sempre abertamente se defenda das violências institucionais que podem ser produzidas no confronto “terapêutico”? Em que pesem suas diferenças filosóficas e políticas, os escritos de M. Foucault, F. Guattari, J. Donzelot, P. Ariès, R. Castel, G. Deleuze, J-F. Lyotard, L. Dumont, G. Simmel, R. Sennett e, entre nós, de S. Rolnik, R. Machado, J. Birman, S. Figueira, J. Russo, L. F. Duarte, B. Bezerra Jr., R. B. Barros, A.P.J. Melo – sem falar em *outros textos* do próprio J.F. Costa! – há muito nos têm forçado a pensar que, contra todas as “evidências” permanentemente produzidas, nem o indivíduo nem o sujeito (inclusive psicanalítico) são entidades naturais. Neste sentido consideramos, como Baremblytt (1994), que “é preciso fazer constar que não é a mesma coisa propiciar a invenção de dispositivos grupais que associar sujeitos edipianos para que se consolidem como tais... em grupo” (p.16).

Atenemos agora, uma vez mais, para o ensino *em migalhas*, lamentavelmente hegemônico, no que tange à grupalidade, no campo da formação *psi*. Se ele nos torna, no melhor dos casos, míopes a qualquer contextualização, que dizer de seu efeito sobre nossa virtual acuidade para fazer, do contexto, texto! Se os grupos de sensibilização lewinianos emergem durante a guerra sob encomenda do governo americano; se a inseparabilidade entre pesquisa e intervenção *grupal* está, para este judeu emigrado por força da ascensão do nazismo na Alemanha, ligada ao sonho de mudar-se para o Estado de Israel e lá modificar a tradicional educação judaica; se as práticas teatrais de Moreno começam, nos anos 20, nas praças e ruas de Viena,

com crianças, e também com prostitutas; se este cria a sociometria nos EUA em resposta a uma encomenda oficial de intervenção em um instituto para jovens ditos delinquentes; se os grupos operativos de Pichon Rivière começam a ser praticados no Hospício de las Mercedes, o mais antigo manicômio de Buenos Aires, sendo então coordenados, inclusive, pelo pessoal não-técnico e pelos pacientes; se seu ensino e implementação, na Argentina, estão vinculados, principalmente a partir dos anos 60, aos setores de esquerda críticos dos modelos asilares-manicomial; se a incorporação dos grupos operativos, no Brasil, seguiu (e continua seguindo) caminhos bastante diferenciados, estendendo-se de ações minimamente progressistas a intervenções pouco disfarçadamente disciplinadoras (Coimbra, 1980); se a Análise Institucional na França jamais foi “técnica de grupo”, pois teve início, exatamente, ao pôr em cena a dimensão institucional até então não analisada da psicossociologia etc... etc... nada disso parece ser tão importante, afinal, para a nossa formação como grupálistas (menos ainda, é claro, como psicólogos!).

Por considerarmos, ao contrário, que tudo isso, ou predominantemente isso, cobra a maior importância, é que a seguir nos dedicaremos a analisar algumas *agradáveis exceções*, em ruptura, ao menos parcial, com as características até aqui examinadas. Se, ao início de nossa exposição, estranhamos a permanência da *perspectiva tecnicista* na formação *psi*, vale lembrar que *especialismo acritico* e *teoricismo hipertrofiado* mantêm interdependência tão forte, que cada um deles chega a funcionar como *condição* para a existência do outro. E que sua combinação, praticamente inevitável, redunca exatamente em *tecnicismo* (ou mesmo *tecnocratismo!*) *triumfante*...

Algumas agradáveis exceções: promessas

Caso aquele que nos acompanha se encontre, neste momento, decepcionado e prestes a concluir – não inteiramente desprovido de razão – que melhor

seria deixar de lado qualquer bibliografia sobre grupos, aspiramos, a partir de agora, a fazê-lo relativizar tal movimento. Conquanto reconheçamos que, apesar da imensa quantidade, pouca coisa ali existe de apreciável *qualidade*⁴, agradáveis exceções à paisagem dominante nos permitem *conspirar*, isto é, “respirar juntos” (Guattari, 1981, p.59), com vistas a regimes de verdade distintos.

Rupturas com o *especialismo acritico* são divisadas em uma série de trabalhos, dentre os quais destacamos, à guisa de exemplificação para linhas originais a adotar na análise do grupálistas, Barenblitt (1982), Bauleo (1977) e Barros (1994).

No primeiro se evidencia, entre outros traços elogiáveis, o cuidado na explicitação dos pressupostos institucionais da “dinâmica de grupo”:

“Suponemos que se trata acentuadamente de uma tendência própria às formações econômico-sociais capitalistas, tanto do modo industrial nascente quanto do monopolista multinacional (...); seus agentes e usuários pertencem predominantemente às camadas médias e altas da pequeno-burguesia urbana dos países ocidentais (...). Considerando-se o campo da vida social onde se origina (...), dispõe de três áreas principais de geração e ação (...): a medicina (...), a pedagogia (...) e a sociologia” (Barenblitt, 1982, p.12).

Tal cuidado faculta ao panorama apresentado no artigo a abertura de caminhos para algumas visibilidades – a presença histórica de movimentos libertários e autogestionários, lutas pelos direitos dos presos, antipsiquiatria, contracultura, movimentos de minorias, batalhas democratizantes na América Latina etc. –, inevitavelmente obscurecidas em tantos outros textos (aqueles caracterizados pela naturalização-glorificação, implícita e neutralizada, do especialismo).

4. Por *qualidade* entendemos alguma ruptura com o especialismo acritico e o teoricismo hipertrofiado, e não, evidentemente, qualquer coisa que se aproxime da propalada *qualidade total*, inteiramente prene do que vimos criticando.

Acompanhando esta linha de raciocínio, retomemos igualmente um artigo um tanto antigo, no qual se estabelecem nexos entre Psicologia Social e grupos. Ali, Bauleo (1977) questiona a exclusão, quanto ao estudo de tais temas, das contribuições de autores como Marx, Reich, Fidel Castro, Gramsci, Che Guevara, Vera Schmidt, Trotsky, Sartre, Lenin, Rosa Luxemburgo, Lukács, Adorno, Marcuse, Fanon etc. Independentemente da seleção efetuada, com a qual se pode ou não concordar inteiramente – principalmente nestes tempos, os nossos, tão pós-marxistas (ou anti-marxistas!) –, os argumentos fazem emergir novas figurações para a verdade:

“Através de uma re colocação histórica a partir da demanda e da oferta, observamos claramente as vicissitudes sofridas pela Psicologia Social e nos aparecem duas linhas. Podemos hoje afirmar que há uma Psicologia Social oficial e institucionalizada e outra que sofreu todos os destroçamentos impostos pela ideologia através de sua desapareição, sua deprecação, sua desvalorização ou simplesmente pela acusação de “não-científica” (Bauleo, 1977, p.31).

Ressalte-se o modo como o autor, utilizando-se dos conceitos de demanda e oferta, politiza o tema da formação de psicólogos sociais, relacionando-o ao campo da leitura: à *demand*a de formação responde-se predominantemente com uma *oferta* bibliográfica circunscrita que a institucionaliza, excluindo outras virtualidades e transformando a demanda em *encomenda oficial e do oficial*. Apoiada no trabalho de Bauleo, Fernández (1992) enfatiza o espaço *ético-político* (em necessário acréscimo ao *teórico-técnico*) que se descortina quando são incorporadas, à formação dos grupelistas, as reflexões de que os grupos foram objeto a partir do *plano político* (ou seja, da “Psicologia Social não-oficial”): debates sobre a capacidade autogestiva, a eficácia comparada de estímulos morais e materiais, os valores diferenciais da organização e do espontaneísmo, o papel liberador ou subjogador das vanguardas e, de forma generalizada, acerca da contraoposição entre gestão/produção *coletiva* e manipulação/sugestão de *coletivos*.

Finalmente, vale ressaltar a relação estabelecida por Barros (1994) entre *modo-grupo* e *escritura*. Afirma a autora que embora os grupos possam ser formas de resistência a outros modos – individualizantes – de subjetivação, os quais recusam a processualidade e a transformação, o mero ato de sobre eles escrever ou de os utilizar tecnicamente nada garante no que se refere à invenção de vias singulares de existência. Assim, o ato de tomá-los como objetos-já-dados ou entidades a-históricas originárias redunha em idêntica recusa do devir. A este respeito, recordemos a maneira como definimos o especialismo acritico de alguns historiadores das práticas grupais: ali, se chamarmos “x” a grupalidade colocada como origem (e destino), poderemos dizer que “algo acontece a x, mas o próprio x não acontece”. Logo, x está colocado fora da história.

Com base nessas reflexões, ao escrever sobre os grupos, Barros (1994) conclui pela impossibilidade de recorrer a uma entrada única: fazê-lo seria tomá-los como objetos constituídos sobre os quais meramente se aplicaríamos teorias. A este respeito, comenta:

“Em minhas andanças pelos grupos (...) havia um excesso que não se encaixava nas postulações existentes. Também na escrita há muito mais do que a comunicação de idéias, hipóteses e conclusões. (...) A escrita tem também várias entradas (...) passa pelas forças, sempre em contato com outras forças (...) é pensar pela diferença, (...) sempre múltipla.” (Barros, 1994, p.6).

Neste sentido, tomando modo-grupo e escritura marcados pelo excesso, a diferença e o múltiplo, constrói-se um texto desejavelmente descontinuo, com heterogeneidade de entradas. Na primeira delas se elabora uma genealogia, de inspiração nietzscheano-foucaultiana, relativa à proveniência/emergência de três modos de subjetivação: modo-indivíduo (séculos XVII-XVIII), modo-sociedade (séculos XVIII-XIX) e modo-grupo (séculos XIX-XX) – este com a tarefa de apaziguar as diferenças entre os anteriores e, mais ainda, de “delimitar territórios, incluindo o seu próprio” (Barros, 1994, p.10). Neste processo, o objeto

grupo ganha as características de seus antecessores – as formas do *um* e do *todo* (o “indivíduo” lhe garante a idéia de indiviso, particular; a “sociedade” a de todo, universal). Esta é uma das principais teses apresentadas: a de que quando tal processo é naturalizado – tomando a forma “se assim é, assim deve ser...” –, o objeto grupo passa a obedecer à lógica totalizadora e identitária dos antecedentes, permanecendo efeito do modo de produção de subjetividade individualizante.

Tanto quanto Costa (1985), Barros (1994) insiste em frisar que não podemos apreender os grupos como antecedentes às práticas que os constituem. Diferentemente daquele, no entanto, aplica o mesmo raciocínio a indivíduo e sociedade, evitando naturalizações impensadas. Seu estudo realiza uma crítica em ato das histórias das práticas grupais marcadas pelo desconhecimento (ativo) das condições de existência de seu objeto – o grupo *um-todo*. Trazendo-as à cena, cria-se a possibilidade de análise dos diversos saberes, técnicas e movimentos grupálistas como *instituições*, ou melhor, fixações, em *formas*, das *forças* instituintes (Deleuze, 1988). Isso se faz através de outra das entradas do texto, em que se especificam “linhas” e “diagramas”: vão surgindo as mais variadas formas de teorização e intervenção – Lewin, Mayo, Moreno, Bion, Anzieu, Kaës, Pichon Rivière, Análise Institucional etc. –, apresentadas sem pretensões de neutralidade ou assepsia, pois a dimensão ético-estético-política dos *modos de subjetivação* por elas instaurados é critério imane e onipresente de apreciação.

Mesmo através de apresentações sintéticas, os trabalhos ora expostos fazem suspeitar que o escape às *flechas envenenadas* do especialismo acritico quanto aos históricos do grupalismo demanda um *trabalho* simultâneo...de ruptura com o especialismo *psi* (igualmente acritico, decerto!). As presenças, nas exceções analisadas, das abordagens históricas descontinuístas – aquelas que buscam, no tempo, os cortes, as invenções, os começos, os acontecimentos que promovem inversões de forças – e de determinadas filosofias (enfáticas quanto às positividades, à diferença, ao múltiplo, às gêneses heteróclitas, aos

devires); em síntese, de saberes transdisciplinares/transversalizantes – aqueles que não se contentam com a obviedade dos campos instituídos e, na criação de singularidades quanto ao conhecer/ agir, efetuam simultaneamente a análise histórico-crítica das compartimentalizações existentes –, sugere que aquele que nos segue nestas reflexões não deve obrigatoriamente, como se via tentado a fazer em princípio, abandonar toda a literatura psicossociológica, tampouco deve, pois tal atitude teria efeitos provavelmente mais desastrosos, restringir-se a ela. Textos de *psis* como Barendblitt, Bauleo e Barros convidam-nos a ler Marx, os anarquistas e libertários, antropólogos e historiadores diversos (nossos ou de outras plagas), Nietzsche, Deleuze, os analistas institucionais, Guattari, Castoriadis e inúmeros pensadores políticos, na qualidade de ferramentas fundamentais para nossa formação (ou trans-formação), caso estejamos empenhados em ser algo distinto de meros consumidores em um mercado de bens (“grupais”, que sejam...) de salvação. Àqueles que contestem alegando supostas “dificuldades” implicadas nestas leituras – campos alheios à especialidade, conceitos desconhecidos, linguagem incomum, enfoques surpreendentes ou perturbadores – sugerimos uma reflexão aqui já antes utilizada: estranhar presenças e ausências (de experiências do “fácil” ou “difícil”, no caso).

Para concluir esta apresentação, exploremos exceções ao instituído no que tange ao *teoricismo hipertrofiado*. Para tanto, vale a pena citar Castel (1987) e Coimbra (1995).

No primeiro destes trabalhos, o sociólogo francês volta-se para as “novas terapias”, agrupadas sob o rótulo “potencial humano” – bio-energia, *gestalt*-terapia, análise transacional, grito primal etc. –, invariavelmente grupálistas, com enorme penetração no panorama francês dos anos 70 (e no nosso, na década seguinte, conforme analisado por Russo (1991)). Escapando à tentação teoricista de Pontalis que, a partir da psicanálise, analisa práticas análogas e as recusa em função de uma “menoridade epistemológica” – curandeirismo, psicologismo, microsociologismo, familiarismo, artificialismo, biologismo, funcionalismo, empirismo ingênuo,

adaptacionismo, organicismo etc. –, Castel (1987) as apreende por um viés em que o contexto se faz texto, o que lhe permite, inclusive, alcinhá-las de “pós-psicanalíticas”: “...essas abordagens retomam, exploram e instrumentalizam prosaicamente um aspecto fundamental da descoberta freudiana: a possibilidade de trabalhar o próprio conceito de normalidade” (p.143).

A pós-psicanálise não é, para o autor, nem o fim da psicanálise nem sua “recuperação” por parte de setores epistemologicamente pouco nobres, mas “o fim do controle pela psicanálise do processo de difusão da cultura psicológica na sociedade” (Castel, 1987, p.133). A expressão “terapia para os normais”, por ele proposta, evidencia a inserção deste movimento como uma das forças de constituição de uma sociedade que trabalha seu *capital humano*:

[“o indivíduo] pode ser o objeto-pessoa de um trabalho para desenvolver seu potencial e intensificar suas capacidades relacionais (...). As “novas terapias” fazem explodir – como a psicanálise, mas de uma maneira muito mais extensiva – de uma só vez o conceito de patologia e o de saúde, mas conservando a exigência de intervenção por intermédio de técnicas especializadas” (Castel, 1987, p.145).

Logo, se para Pontalis, instalado em uma espécie de “extraterritorialidade” epistemológica, o *exame de DNA* das práticas grupais não as confirma como *proles* psicanalíticas, para Castel, pouco afetado de hipertrofia teoricista, elas são *bastardas*, porém sócio-historicamente *filhas*. Caso nos alieemos à sua análise, nossa tarefa não será a de legitimar, via *corte epistemológico*, a eventual *boa teoria* para qualquer terapêutica, mas a de nos recusar, quem sabe, a viver em um “Estado Terapêutico” como *gestores (grupais?) de riscos*.

Passando do texto de Castel (1987) ao de Coimbra (1995), deslocamo-nos da França a nosso país, ainda nos anos 70. As práticas *psi* do Brasil do “milagre”, sejam psicanalíticas, psicodramáticas, gestálticas ou reichianas – campos principais analisados pela autora –, guardam tantas semelhanças, como “guardiãs da ordem”, que o plano teórico preserva autonomia muitíssimo relativa. Práticas entre outras práticas, as ações *psi* ajudam, hegemonicamente, a

compor o quadro de intimismo/privatismo/familiarismo então indispensável à instauração-reprodução da “segurança nacional”. Esta, mais que doutrina, é modo de *produção de sujeitos* nos quais a ordem se preserva, fazendo do *subversivo* e do *drogado* figuras emblemáticas da temida e propalada ameaça ao “corpo orgânico” da nação – recorde-se, neste sentido, a triste figura do lema “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Neste percurso, grupos de variadas filiações teórico-técnicas se fazem e desfazem, em ressonância com as estratégias que compõem o corpo – efetivamente nunca orgânico – do *socius*. Nas hostes psicanalíticas, especialmente, a implementação do grupalismo cria estranhas diádes sujeito-objeto: como a demanda cresce (e *deve* crescer), engendram-se o *analista benemérito* e seus *pobres*; sendo a atmosfera silenciosa e silenciadora, o *analista progressista* e seus *rebeldes*. (Rangel,1996; Barros,1995) E, na medida em que tantos querem, mas tão poucos podem, então, tornar-se psicanalistas – desempenhando as aspirações da categoria dos psicólogos papel fundamental nesta conjuntura (Figueiredo, 1984) –, forjam-se o *analista de grupo* e seu *cliente ampliado* – alvos tanto de beneplácito (apaziguador de tensões) quanto de severa censura institucional por parte das sociedades oficiais de formação.

Na primeira metade da década, uma “primeira geração de argentinos” – modernizadora, desenvolvimentista, sanitarista-preventivista, grupalista em compreensão (kleiniana, bioniana, pichoniano-blegeriana) e em extensão (mães, gestantes, crianças, adolescentes, pacientes orgânicos, professores, organizações escolares e hospitalares, comunidades etc.) – vem e volta, *respondendo* às demandas formativas que ajuda a *produzir*. Na segunda metade, uma “segunda geração de argentinos” – grupalista por igual, mas, paralelamente, freudo-marxista, estruturalista, althusseriana, institucionalista, antipsiquiátrica, deleuze-guattariana, em suma, “plataformista”⁵ – vem porque é obrigada a sair e não pode voltar à terra natal, pois, em 1976, um golpe militar lança seu país em um duradouro processo ditatorial caracte-

5. Plataforma: nome do grupo de psicanalistas argentinos que, em 1971, rompe com a A.P.A. (Associação Psicanalítica Argentina) por motivos políticos. Sobre o tema, consultar Bauleo e Langer (1973 e 1977).

rizado por incríveis violência, intolerância, repressão e tortura. Enquanto a primeira geração era tolerada pelos hierarcas da psicanálise, a segunda – suas práticas grupais em destaque – deles só merece desqualificação e desprezo. É em parte porque a trajetória desta segunda geração se cruza com a da autora destas reflexões, que nelas tanto se insiste na história, nas instituições, no transdisciplinar, na crítica e na ruptura.

É fácil perceber que Castel e Coimbra invariavelmente focalizam interpenetrações de modos de *pensar* (conceitos, teorias) com modos de *agir e ser* (tipos de intervenção, formas de relação a si e aos demais). Nesta direção, em favor da clareza, vale recordar que existem duas possibilidades para a análise dos conhecimentos: (1) a *epistemológica*, marcada pela presença do caráter *normativo*, isto é, de alguma distinção entre ciência e pré-ciência, segundo critérios variados; (2) a *histórica ou sócio-histórica*, prescindindo de tal distinção normativa: ciência e pré-ciência (ou não-ciência) são absorvidas na categoria de *ideologias*, ou de *saberes*, como componentes da vida coletiva.

Os autores que ora abordamos convidam-nos a evitar tomar por base apriorística o caminho epistemológico. Aliando-nos a tal perspectiva, afirmamos que qualquer epistemologia, descontinuísta ou não, maneja a “espada do corte epistemológico” (Castel, 1978), instalando-se em uma espécie de *tribunal internalista* que desconsidera os vínculos do conceitual com o histórico-social ou institucional; quer dizer, com o que é (apenas aparentemente) *externo* ao texto ou ao discurso. Ignoram-se assim ativamente os nexos entre os efeitos de jurisdição epistemológica, quanto ao *o que* e ao *como* se deve saber – problemáticas, conceitos e métodos avalizados como científicos –, e os “regimes de práticas” – casuais, bélicos, não instalados em qualquer plenitude da razão – instauradores tanto de tais *o que* e tais *como* quanto dos próprios poderes epistemológicos (jurisdições e normatividades) de legislar sobre isso. A função invalidadora-acrítica, portanto, é componente essencial dessa *ordem* de discurso. Foucault (1979, p. 172), por sinal, aborda tal tema de forma incisiva e direta:

“As questões a colocar são: que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ‘é uma ciência?’ (...) Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas circulantes e descontinuas formas de saber?”

Quando nos alinhamos com a vertente sócio-histórica, surgem novas nuances a estabelecer. Ali é preciso diferenciar *transcendentismos* – ideologias, ou saberes, como derivados de algum lugar social *outro* e *mais fundamental* – e *immanentismos* – ausência de tal derivação, fazendo dos *próprios saberes*, ao lado de práticas não-discursivas (ações e subjetivações), *produtores* de real social. Entre os primeiros situa-se, por exemplo, a sociologia do conhecimento de cunho marxista. Em um artigo famoso, Canguilhem (1972) lhe atribuiu a alcunha “marxismo mitigado”, acusando-a de adotar uma idéia linear e redutora em termos de causalidade – todo saber seria ideológico, por refletir a infra-estrutura econômica da sociedade. Por nossa parte, acrescentaríamos outra objeção: o desenvolvimento de uma análise histórico-política exclusivamente de cunho *macro* – Estado e Economia seria pensado como realidade sempre já totalizada e constituída. Por essa razão poder-se-ia afirmar que, na sociologia marxista do conhecimento, o social está “fora de suas práticas”: algo sempre-já-dado transcende as práticas a investigar – os domínios de saber –, restabelecendo, em um nível abstratamente idealizado como mais básico, uma continuidade fornecida pela dialética supostamente inevitável de uma Filosofia da História. Quanto ao funcionamento desta formação discursiva, ousamos caricaturar: um monótono desfile de acusações de “mistificação”, “engano” e “ideologização” do agente pelos saberes do capitalismo, aguardando a vitória de uma vanguarda revolucionário-epistemológica capaz de conduzir-nos ao reino do fim da história e do estabelecimento definitivo da verdade.

Os *immanentistas* escapam a esta espécie de profetismo autolegitimante. Em suas análises, os saberes remetem a saberes outros e práticas outras, bem como a seus regimes. Nada determina o

processo histórico a investigar a não ser suas transformações próprias, externas umas às outras como os pedaços de vidro de um caleidoscópio (Veyne, 1982) que, em seus deslocamentos, criam os vazios a serem atualizados pelos demais. Mas tudo isso é do real social, pois não se lança mão de transcendências glorificadas como infra-estrutura ou primeiro motor. Isso significa correr o risco de engendrar o rosto histórico de qualquer domínio de saber como “prática em relação a outras práticas”, sem privilegiar a priori nenhuma delas, assinalando eventuais continuidades e descontinuidades – conceituais, de modo de intervenção e de produção de subjetividade – quanto a outros rostos históricos distintos. Significa tentar ser *historiador materialista*, ao invés de *epistemólogo-juiz* ou *messias dos povos*. É por este motivo que assim como Castel pode assinalar *continuidades* entre psicanálise e “complexo alternativo”, Coimbra é capaz de visualizar *descontinuidades* entre gerações de argentinos. Tais continuidades e descontinuidades são bem pouco epistemológico-normativas; tampouco apelam para seguros caminhos de revelação/revolução. Falam de conservação e/ou transformações em regimes de verdade, prática, subjetivação e, por isso, do que fomos (ou ainda somos) e do que nos estamos tornando; de nosso presente, ou de nós mesmos, como, simultaneamente, campos atuais de *experiência* possível e campos virtuais de *transgressão* possível.

O presente trabalho aspira simplesmente a ser mais uma ferramenta nesta segunda direção.

Referências bibliográficas

- Austin, J. P. (1990). *Quando dizer é fazer* (trads. Clarendon Press, 1975). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Baptista, L. A. S. (1987). *Algumas histórias sobre a fábrica de interiores*. Tese de Doutorado: Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.
- Barembliitt, G. (1982). Notas estratégicas a respeito da orientação da dinâmica de grupos na América Latina. Em: G. Barembliitt (org.). *Grupos: teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Graal.
- Barembliitt, G. (1994). Apresentação. Em: A. Lancetti (org.). *Saúde Loucura 4*. São Paulo: Hucitec.
- Barros, R. D. B. (1994). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Tese de doutorado: PUC/SP, São Paulo.
- Barros, R. D. B. (1995). Clínica grupal. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF* v.7, n.1, 5-11.
- Bauleo, A. (1977). *Psicología social y grupo*. Em: A. Bauleo. *Contrainstitución y grupos*. Buenos Aires: Fundamentos.
- Bauleo, A. e Langer, M. (1973). *Questionamos 1* (trads. Granica, 1971). Petrópolis: Vozes.
- Bauleo, A. e Langer, M. (1977). *Questionamos 2* (trads. Granica, 1973). Belo Horizonte: Interlivros.
- Becher, H. (1966). *Outsiders: studies in sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- Canguilhem, G. (1972). O objeto da história das ciências. *Tempo Brasileiro*, 28, 7-21.
- Castel, R. (1978). *O Psicanalismo* (trads. Maspero, 1973). Rio de Janeiro: Graal.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos* (trads. Minuit, 1981). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Coimbra, C. M. B. (1980). *Psicologia Institucional: dificuldades e limites*. Dissertação de mestrado: IESAE/FGV, Rio de Janeiro.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: algumas práticas psi no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Costa, J. F. (1985). *Psicanálise e contexto cultural*. Rio de Janeiro: Campus.
- Deleuze, G. (1988). *Foucault* (trads. Minuit, 1986). São Paulo: Brasiliense.
- Eribon, D. (1996). *Michel Foucault e seus contemporâneos* (trads. Fayard, 1994). Rio de Janeiro: J.Zahar.
- Fernández, A. M. (1992). *El campo grupal: notas para una genealogía*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Figueiredo, A. C. C. (1984). *Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro 1970-1983*. Dissertação de mestrado: PUC/RJ, Rio de Janeiro.
- Foucault, M. (1979). Genealogia e poder. Em: M. Foucault. *Microfísica do poder* (trads. e organização R. Machado, trabalhos 1971-1978). Rio de Janeiro: Graal.

- Foucault, M. (1980). Interview with Lucette Finas. Em: M. Morris e P. Patton (eds.). *Michel Foucault: power, truth and strategy*. Sidney: Federal Publications.
- Foucault, M. (1984). Un cours inédit. *Magazine Littéraire*, 207, 35-39.
- Foucault, M. (1984a). What is enlightenment? Em: P. Rabinow (org.). *Foucault reader*. New York: Pantheon Books.
- Foucault, M. (1996). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.
- Guattari, F. (1981). Milhões e milhões de Alices no ar. Em: F. Guattari. *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense.
- Lacan, J. (1947). La psychiatrie anglaise et la guerre. *L'évolution Psychiatrique*, 1, 293-312.
- Larrauri, M. (1994). Vérité et mensonge des jeux de vérité. *Rue Descartes*, 11, 32-49.
- Lourau, R. (1977). *El Análisis Institucional*. Madri: Campo Abierto.
- Pontalis, J. B. (1973). *A Psicanálise depois de Freud* (trad. Gallimard, 1967). Petrópolis: Vozes.
- Rangel, V. (1996). *A psicoterapia de grupo com fundamentação psicanalítica: um rosto carioca*. Dissertação de mestrado: PUC/RJ, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, H. B. C. (1997). O acrobata e o contrabandista: figuras histórico-caleidoscópicas para pistas (ainda) atuais de Lapassade e Guattari, com vistas a uma psicossociologia crítica. *Cadernos do IPUB*, 7, 40-88.
- Rodrigues, H. B. C. (1998). Um anarquista catalão: aventuras do freudo-marxismo na França. *Cadernos de Psicologia - Série Institucional*, 8, 151-170.
- Russo, J. A. (1991). *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80*. Tese de doutorado: Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Veyne, P. (1982). *Como se escreve a história*. Brasília: EUB.